

Análise do Banco de Dados dos Membros Brasileiros do GCF

Relatório da Tarefa 3
Luis Meneses Filho
Versão 1.2
9 de Setembro de 2010

Resumo

Introdução.....	2
I. Perfil dos Membros Brasileiros do GCF	2
II. Serviços Ambientais.....	3
1. Monitoramento da Dinâmica do Desmatamento	3
2. Monitoramento da Dinâmica da Degradação Florestal.....	5
3. Quantificação dos Estoques de Carbono Florestal.....	5
4. Definição da Linha de base e Metas de Redução de Emissões.....	6
III. Mecanismos de Implantação para REDD	6
5. Políticas Estruturais Vigentes para a Redução do Desmatamento.....	6
6. Conceito da Estratégia de REDD	7
7. População-alvo e Reconhecimento de Direitos.....	8
8. Mecanismos de Participação e Transparência	8
9. Mecanismos de Partilha de Benefícios	8
10. Quadro Institucional e Arranjos para o Programa de REDD.....	8
11. Administração da Regularização Fundiária/Florestal e Relação com REDD.....	9
12. Sistemas MRV de REDD	10
13. Projetos de REDD	10
14. Relação com o Governo Nacional.....	10
IV. Financiamento para REDD	10
Estratégias de Financiamento para Programas de REDD	Error! Bookmark not defined.
V. Necessidades Identificadas para Melhoria dos programas de REDD.....	11
VI. Resultados Esperados da Reunião do Grupo de Tarefa 3 em Santarém	13
Anexo - Projetos de REDD no Amazonas, Mato Grosso e Pará.....	14

Introduction

O objetivo do banco de dados é *criar um banco de dados de conhecimento do GCF que irá incluir as ações de REDD em curso (programas, projetos, políticas) dos Estados-Membros e províncias e outras necessidades institucionais, técnicas, financeiras, jurídicas para identificar possíveis nichos de cooperação entre os membros do GCF bem como necessidades coletivas que poderiam ser abordadas pelo GCF como um benefício comum a todos; e fornecer informações para elaboração de materiais de comunicação e propostas de captação de recursos.*

O modelo do banco de dados foi elaborado pelo Grupo de Tarefa 3 (composto por Wibisono (Aceh), Noak (Papua), Natalie (Amazonas), John (TFG), Mauricio (Mato Grosso)), coordenado por Luis Meneses com forte apoio da Natalie Unterstall e Ernesto Roessing. O modelo trata de temas importantes que os programas de REDD precisam desenvolver.

Os bancos de dados foram preenchidos pelos consultores (Luis Meneses para o Acre, Amapá e Pará; Kate Hyder para o Amazonas e Ernesto Roessing para o Mato Grosso), em estreito diálogo com representantes do GCF em cada estado, e ainda estão sob análise por representantes do GCF.

James Davie foi contratado para preencher as bases de dados dos Membros da Indonésia e, espera-se ter um relatório para 04 dos 05 membros da Indonésia até a reunião do GCF em Santarém.

O banco de dados deverá ser um documento vivo que os membros do GCF podem adicionar novos elementos, enquanto o programa de REDD evolui. Uma plataforma para hospedar o banco de dados está sendo estudada pela Secretaria e esperamos recolher algumas sugestões na Reunião de Santarém para projetar a plataforma do banco de dados mais adequada para o GCF.

Este documento visa apresentar uma análise geral, através das bases de dados dos Membros brasileiros do GCF e é estruturado em:

- I. **Perfil dos Membros brasileiros do GCF** – caracterizando os cinco membros brasileiros com informações territoriais, econômicas, ambientais e populacionais gerais.
- II. **Serviços ambientais** – informação associada com o desmatamento e a degradação, assim como linha de base e metas de redução de emissões.
- III. **Mecanismos de implantação de REDD** – informações relacionadas com conceito e ações para programas de REDD para assegurar garantias sociais, bem como as políticas estruturais e institucionais ligadas às ações de REDD. Também descreve os projetos de REDD que estão sendo desenvolvidos dentro do território do estado.
- IV. **Financiamento para REDD** – Informações disponíveis associadas com os custos do programa de REDD e estratégias de financiamento.
- V. **Necessidades Identificadas para Melhoria dos programas de REDD** – esta seção sistematiza as necessidades identificadas pelos membros, a fim de melhorar os seus programas de REDD. Estas necessidades serão avaliadas pelos membros do grupo de tarefas, a fim de propor ações prioritárias que deveram ser abordadas pelo GCF nas ações de captação de fundos.

I. Perfil dos Membros brasileiros do GCF

Os cinco membros brasileiros do GCF (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará) cobrem uma área de mais de 4.000.000 km², representando 47% do território brasileiro. A cobertura florestal original nesses estados representa 16% das. Desde então, 1,5% das Florestas Tropicais do Mundo foram perdidas dentro desses estados.

O PIB dos 05 estados soma mais de 77,5 bilhões de dólares com uma renda média per capita de \$ 5.686 Dólares Americanos (variando entre 7.000 e 13.000). Vive nesses estados uma população total de 14,9 milhões de pessoas, 23% em média vive nas áreas rurais/floresta. A média do índice de Desenvolvimento Humano é de 0,772, variando de 0,751 a 0,796. Dentro desses estados vivem 154 povos indígenas representados por uma população de 218.928 pessoas em uma área de 937.000 Km² (23% da área total).

Com relação às classes de floresta, há uma enorme variedade de ecossistemas dentro do Bioma Amazônico e dentro dos territórios dos membros do GCF. A fim de ser compreensível, é possível classificar em três classes principais: Floresta densa (florestas de Terra Firme); savanas (Cerrado) e florestas de transição. Há duas implicações para as classes de floresta: uma é que o Cerrado tem uma lei de proteção ambiental diferente no Brasil quando comparado a floresta tropical densa, especialmente relacionado com a área de floresta que pode ser derrubada (20% de uma propriedade na floresta e 80% no Cerrado). A outra implicação é que, para alguns Estados-Membros do GCF, o Cerrado é uma classe importante de floresta, como para o Amapá e Mato Grosso, onde existe o Cerrado e o desmatamento nesta classe de floresta é significativa. Nos demais estados as classes de floresta de Terra Firme são predominantes.

Como pode ser visto na tabela abaixo, 60% das florestas no âmbito dos 5 membros brasileiros estão sob a condição legal de área protegida, ou seja, territórios indígenas, áreas totalmente protegidas (uso restrito), as florestas de conservação (uso sustentável por comunidades tradicionais) e as florestas de manejo sustentável (florestas de produção designadas para concessão). 49% destas áreas protegidas pertencem ao Governo Federal e 11% ao Estado. Considerando a parte dessas florestas que não estão legalmente protegidas, encontra-se uma média de 37% do território total de membros, que variam de 13% no Pará a 58% no Mato Grosso.

Tabela 1 - Informações gerais sobre os membros brasileiros do GCF relacionadas à área e estado das florestas (km²) e os números totais e percentagens em relação à área de território total.

	Acre	Amapá	Amazonas	Mato Grosso	Para	Total	%
Área (km²):	164.221	143.453	1.570.746	903.357	1.247.689	4.029.466	100
Estado das florestas (%; km²):							
o área de floresta original	164.221	130.829	1.467.502	568.000	1.210.258	3.540.810	88
o florestas totalmente protegidas:	15.637	53.323	151.926	37.802	166.813	420.685	10
o Federal	8.684	53.318	113.988	32.657	112.726	316.557	7,9
o Estadual	6.953	4,8	37.938	5.145	54.087	104.128	2,6
o Florestas conservadas	50.691	24.715	675.646	129.000	353.782	1.233.836	31
o Indígena	23.901	11.838	457.361	129.000	315.067	937.167	23
o Federal	26.789	4.816	78.142	0	38.199	147.947	4
o Estadual	0	8.061	140.143	0	516	148.721	4
o Florestas de manejo sustentável	8.316	27.814	9.805	0	711.351	757.286	19
o Federal	3.487	4.120	9.805	0	554.200	571.612	14
o Estadual	4.829	23.694	0	0	157.151	185.674	5
o Florestas sem proteção	89.242	43.194	662.623	527.000	163.383	1.485.441	37
Desmatamento %	7,1	0,9	3,8	14,8	10,0	8,2	

II. Serviço Ambiental

1. Monitoramento da Dinâmica do Desmatamento

A Tabela 2 mostra os dados relacionados ao desmatamento e à degradação nos cinco Estados-Membros. Pode ser visto que o desmatamento é conhecido em quatro dos cinco estados (explicado no tópico 1.4). Uma média de 8,5% de área desmatada é encontrada dentro dos 5 estados membros, sendo o Amapá o estado com o menor percentual de área desmatada (0,9%) e Mato Grosso com o maior (14,8%).

Pode ser observada uma queda geral na taxa de desmatamento comparando o período 2000-2004 com o período 2005-2009, exceto para o estado do Amapá que aumentou 170% da área desmatada. Em média,

houve uma queda de 40% na taxa de desmatamento nos dois períodos mencionados, onde o Acre teve uma redução de 57%, seguido por Mato Grosso com 43%, Amazonas com 35% e Pará com 24% de redução. Estes números revelam uma tendência de redução do desmatamento para o período. Este sucesso é atribuído à melhora na fiscalização e medidas de controle pelo Governo Federal e governos dos Estados, bem como aos mercados não aquecidos de commodities (especialmente carne e soja) que reduz a demanda por novas áreas desmatadas.

Tabela 2 - Status do monitoramento e dados acerca do desmatamento e da degradação (km²). (Note que o Acre e Amapá têm diferentes métodos de monitoramento para as estimativas de desmatamento e os dados são mostrados na tabela).

	Acre		Amapá		Amazonas	Mato Grosso		Pará		
1. Monitoramento da dinâmica do desmatamento										
1.1 O desmatamento é conhecido?	Sim		Parcialmente		Sim	Sim		Sim		
1.2 Área desmatada (km ²): (PRODES; Método estadual)	11.680	20.679	1.293	2.024	60.000	133.354		125.229		
1.3 Taxa média de desmatamento:										
1995-1999: (km ² / ano) (PRODES)	595		19		1.023	7.127		5.812		
2000-2004: (km ² / ano) (PRODES)	731		20		984	8.837		7.087		
2005-2009: (km ² / ano) (PRODES)	319		54		636	5.046		5.394		
2. Monitoramento da dinâmica da Degradação										
2.1 A degradação é conhecida?	Parcialmente		Parcialmente		Parcialmente	Parcialmente		Parcialmente		
2.2 Nível de degradação (km ² ; 2007 e 2008 DEGRAD)	123	121	50	63	180	65	8.951	12.988	3.899	8.264

Caracterização da dinâmica do desmatamento

Fatores como a especulação imobiliária, falta de zoneamento e destino das terras públicas, a rentabilidade da pecuária e os empréstimos subsidiados de crédito têm incentivado o desmatamento na Amazônia. A maioria do desmatamento ocorreu ao longo das estradas primárias e secundárias, bem como outras vias de acesso, como rios.

Acre - 70% da área desmatada é para a **criação de gado**. A conclusão da pavimentação da BR 317 em 2007 e BR 364 (2011) consistem em causas importantes do desmatamento. Os agentes do desmatamento foram, historicamente, **médios e grandes proprietários de terra / agricultores**, embora nos últimos anos os **pequenos agricultores** tenham contribuído de forma significativa.

Amapá - O desmatamento tem sido historicamente baixo e também difícil de ser estimado devido à presença de nuvens. Quase 90% do desmatamento ocorreu ao longo das estradas. Em 2005-2006, 33% dos polígonos de desmatamento foram 0-10 ha, outros 32% de 10-50 ha e 25% do desmatamento em polígonos maiores que 100 ha. 18% do desmatamento ocorreu em projetos de assentamento. Quase 40% do desmatamento ocorreu no Cerrado (savana), possivelmente para a silvicultura (eucalipto), enquanto que na Terra Firme (onde estão os projetos de assentamento), o desmatamento é causado pela agricultura de subsistência.

Amazonas - Um crescimento crescente nas **atividades de agricultura (produção intensiva de grãos), criação de rebanho, e ocupação ilegal de terras no sul do estado**.

Pará - As causas do desmatamento são a **pecuária, a agricultura de subsistência e profissional e extração de madeira**. 60% das áreas desmatadas são de fazendas para pecuária, 30% das áreas desmatadas devido a pequenas famílias dedicadas à agricultura e aumento da criação de gado, 4% associada à exploração madeireira e 3% associada à agricultura de alta produtividade e profissional.

Mato Grosso - Principalmente agricultura de alta produtividade e pecuária. A extração seletiva de madeira abre as áreas florestais que são depois submetidas à ocupação ilegal e de migração, geralmente baseadas em criação de gado. Além disso, a agricultura intensiva (especialmente a soja) também contribui para o desmatamento, seja diretamente (conversão de áreas florestais para plantações) ou indiretamente (terras utilizadas para a pecuária tornam-se plantações e pecuaristas desmatam novas áreas).

Metodologias de monitoramento e precisão

As estimativas oficiais de desmatamento no Brasil são feitas pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), utilizando duas metodologias: PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal que divulga dados do desmatamento anualmente) e DETER (Projeto para detectar áreas desmatadas em tempo real, sistema de alerta de apoio à aplicação da lei de combate ao desmatamento). PRODES é a fonte dos dados oficiais acerca das estimativas de desmatamento na Amazônia desde 1978. O método analisa imagens analógicas em cores numa escala de 1:250.000, com uma área mínima de 6,25 ha mapeados. Esses dados permitiram a criação de uma máscara para a posterior análise de imagens, permitindo analisar apenas os incrementos no desmatamento. Uma estimativa independente é feita pela ONG IMAZON, utilizando metodologia própria, SAD. A área de resolução mínima detectada é menor do que no PRODES. Estas estimativas estão disponíveis para o Pará e Amazonas. O Acre tem melhorado a metodologia SAD (UCEGEO), aumentando a área mínima de resolução. Portanto SAD e UCEGEO são estimativas superiores em comparação as feitas pelo INPE. O Amapá vem desenvolvendo a sua metodologia própria para lidar com a situação do paralelo 4º, onde as nuvens dificultam as estimativas de desmatamento.

2. Monitoramento da dinâmica da degradação florestal

Como pode ser observado na Tabela 2 acima, a degradação é considerada parcialmente conhecida devido à metodologia do INPE ser recente, e seus dados não são facilmente traduzidos em estimativas que poderiam ser facilmente incorporadas nas estimativas de degradação dos programas de REDD.

Characterization of degradation dynamics

As causas da Degradação na Amazônia são principalmente extração madeireira (legal e ilegal) e incêndios florestais. Estes incêndios associados ao desmatamento e limpeza da pastagem são agravados por secas extremas, tais como em 2005 e 2010.

Metodologias de monitoramento utilizadas

A partir de 2007, o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) tem estimado a degradação utilizando a metodologia DEGRAD, baseado em imagens LANDSAT e CBERS, avaliando três níveis de degradação: baixa, média e alta. É incerto como o DEGRAD pode ser utilizado para as estimativas de degradação dos programas de REDD. A ONG IMAZON tem utilizado a metodologia SAD para estimar a degradação do Amazonas, Pará e Mato Grosso.

3. Quantificação dos Estoques de Carbono Florestal

A literatura diz que a Floresta Amazônica possui entre 121 toneladas de carbono por hectare (tC/ha) à 397 tC/ha (Brown e Lugo 1992; Fearnside 1997; Houghton et al. 2000). O IPCC considera uma estimativa média de 155 tC/ha.

Atualmente, vários Estados estão desenvolvendo estudos de quantificação de estoques carbono. O Acre apresentou uma média de 123 tC/ha (± 45) para o estoque de superfície; O Amapá vem utilizando um valor de 180 tC/ha (± 7), o Pará tem apenas dados de um dos projetos de REDD, que revelou uma biomassa de 475 tC/ha. Amazonas e Mato Grosso estão finalizando estudos de carbono. A variação dos dados é esperada, devido às diferentes classes de floresta, mas os dados mostram algumas incoerências que exigirão uma avaliação mais aprofundada para diminuir a incerteza.

Métodos de quantificação de carbono utilizados

Os estoques de carbono não são amplamente conhecidos nas florestas dos membros brasileiros do GCF. Embora haja estimativas gerais produzidas pelo IPCC e outras pesquisas na Amazônia, os Estados estão procurando outros métodos para aumentar a precisão dos números relativos aos estoques de carbono a serem utilizados nas estimativas dos programas de REDD.

Atualmente, o Amazonas está finalizando um estudo das estimativas de carbono para todo o estado. O Pará e Mato Grosso estão também esperando por estimativas de carbono oriundas de projetos de REDD e estudos em diferentes classes florestais. O Amapá tem desenvolvido um método muito preciso com base

na coleta de dados alométricos das partes, acima e abaixo do solo, de cada árvore em áreas de 4100 m². Os dados das quatro áreas foram extrapolados para as áreas de Floresta do Estado como a média dos estoques de carbono e está sendo usado para elaboração de um PDD para a Floresta Estadual módulo 4. O Acre tem desenvolvido uma metodologia simples, baseada no mapeamento da vegetação e de amostras de terra, com um método tecnicamente mais exigente, baseado em sensoriamento remoto. Os estoques de biomassa aérea foram estimados mediante a aplicação de equação alométrica utilizando mensuração da biomassa aérea das árvores com > 10 cm DBH, determinada pela medição de 44 lotes em todo o estado. As áreas foram localizadas em relação a cada uma das 18 classes de floresta existentes no Estado e as estimativas de carbono extrapoladas para cada classe de floresta.

4. Definição de Linha de Base e metas de redução de emissões

Todos os membros que têm apresentado uma linha de base têm calculado com base na metodologia do Fundo Amazônico/Ministério do Meio Ambiente: média histórica no período 1996-2005, esta média é a linha de base para o próximo período de cinco anos (2006-2010), quando ele vai ser reavaliado para o período anterior de 10 anos (2001-2010), a média desse período será projetada como linha de base para o próximo período de cinco anos (2011-2015) e assim por diante. Os Membros, especialmente em áreas de baixo desmatamento, como Amazonas e Amapá bem como projetos de REDD estão propondo linhas de base projetadas ou avaliar cenários onde baixas e altas projeções de desmatamento estão sendo modelados. O Pará, Amazonas e Mato Grosso estão esperando definir linhas de base para o programa de REDD através das lições aprendidas nos projetos de REDD dentro de suas fronteiras.

III. Mecanismos de Implantação da REDD

5. Políticas estruturais vigentes para a redução do desmatamento

As políticas destacadas aqui são consideradas estruturais e relevantes para o estabelecimento de programas de REDD bem sucedidos, conforme descrito abaixo. Estas políticas e outros estão descritos nos bancos de dados dos Membros. A Tabela 3 abaixo menciona o status das políticas consideradas estruturais em programas de REDD.

- **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento** - Estes planos foram exigidos pelo Ministério do Meio Ambiente como estratégias para deter o desmatamento nos estados da Amazônia Legal, bem como uma meta de redução do desmatamento.

- **Zoneamento Ecológico e Econômico** - O Zoneamento é uma política exigida pelo Governo Federal para a definição das atividades econômicas e de conservação dentro do território do Estado. O Zoneamento é supostamente um instrumento de planejamento para políticas governamentais.

- **Lei de Mudança Climática** - Essas leis estabelecem o arcabouço jurídico para as políticas de Mudanças Climáticas relacionadas com vários sectores da economia, enquanto determina os mecanismos de participação da sociedade civil na regulamentação da política.

- **Sistema de Cadastro Fundiário (Programa CAR)** tem sido um programa importante demandado pelo governo federal para resolver as questões relacionadas à regularização fundiária, bem como a conformidade ambiental das propriedades privadas na Amazônia. O CAR é um sistema de cadastro que pretende identificar cada propriedade rural e contribuir para um planejamento do setor. O CAR é obrigatório e toda licença emitida pelas Agências Ambientais exigirá o cadastro, identificando os problemas associados à regularização fundiária e regulamentação ambiental.

Tabela 3 - Situação das políticas estruturais, dentro de cada Membro brasileiro do GCF. Considerou-se 4 níveis de implantação das políticas em cada um dos membros: (1) Planejada (a ser desenvolvida), (2) Em desenvolvimento, (3) Desenvolvida e (4) Em fase de execução.

Políticas	Acre	Amapá	Amazonas	Mato Grosso	Pará
Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento.	3	3	3	3	3
Zoneamento Ecológico e Econômico	4	1	2	2	3
Lei de Mudanças Climáticas	2	2	4	2	2
Cadastro Fundiário (CAR)*	2	1	2	2	2

6. Conceito da Estratégia de REDD

Mato Grosso, Pará e Amazonas são os três membros que têm atualmente projetos de REDD implantados ou em elaboração. Portanto, estes Estados têm considerado esses projetos, importantes laboratórios para definição dos seus programas de REDD. Todos esses três estados estão desenvolvendo o projeto do arcabouço jurídico relacionado à REDD através de um conselho ou fórum composto por vários setores, antes de detalhar seus programas de REDD. Por outro lado, o Acre desenvolveu a estrutura jurídica para o seu programa de REDD, após os primeiros esboços das ações de REDD.

Outra característica importante é que os programas de REDD estão dentro ou são considerados como parte dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD), exigidos pelo Governo Federal. Esta correlação direta é mais forte para o Acre e Pará.

Características dos conceitos de REDD por membro

Acre está desenvolvendo um programa de REDD chamado Programa de Incentivos aos Serviços Ambientais relacionados ao Carbono (ISA-Programa de Carbono). O Programa está sendo projetado para abranger todo o território do estado em uma abordagem aninhada possibilitando subprogramas regionais e temáticos, bem como projetos especiais de REDD. Os subprogramas regionais estão relacionados às ações de REDD nas áreas mais ameaçadas pelo desmatamento e subprogramas temáticos serão concebidos de modo a direcionar ações de REDD em territórios indígenas ou áreas protegidas, os projetos especiais de REDD estão associados com as ações de REDD realizadas em áreas menores, como propriedades privadas ou uma área protegida ou categoria de terra.

O conceito do **Amapá** para um programa de REDD é baseado em Áreas Estaduais Protegidas e, possivelmente, territórios indígenas. A fase 1 de um Programa de REDD será desenvolvida em 950 mil hectares de floresta do Estado do Amapá módulo 4. A segunda fase do Programa de REDD pode englobar os outros 3 módulos de Florestas do Estado (totalizando 1,35 milhões ha) e RDS Iratapuru (806.000 ha). O Governo do Estado está interessado e comprometido com o desenvolvimento de um programa de REDD, dirigido ao povo Inhampi, em um primeiro momento.

As ações de REDD do **Amazonas** foram concentradas principalmente em projetos de REDD. Atualmente o Governo está avaliando as necessidades atuais para a criação e implantação de um programa em larga escala, com foco na promoção de ações em terras particulares e potencialmente dentro de áreas indígenas.

O Estado do **Pará** considera a contribuição dos projetos-piloto de REDD no desenho de um programa estadual de REDD utilizando as lições aprendidas. O Governo considera de grande importância a coordenação com os municípios, especialmente aqueles sob embargo (são os 50 municípios com alto desmatamento no Brasil sob embargo desde 2008). Contudo o Governo não pretende elaborar um programa restrito, englobando qualquer tipo de projeto e estratégias regionais ou temáticas.

7. População-alvo e Reconhecimento de Direitos

Os grupos sociais atingidos pelo programa de REDD e o número de pessoas beneficiadas diretamente

Cada membro está interessado em envolver todos os atores significativos, especialmente os grupos pobres que dependem da floresta ou grupos que detêm a propriedade de florestas, como os potenciais beneficiários do programa. Esses grupos são as populações indígenas e famílias de extrativistas, que normalmente têm um papel histórico na conservação das florestas. E do outro lado, as pequenas famílias em projetos de assentamento de reforma agrária e proprietários médios a grandes que são responsáveis pela maior parte do desmatamento na Amazônia. Os estados do Amazonas, Acre e Mato Grosso, claramente, têm intenções em seus programas de REDD de envolver a médios e/ou grandes proprietários de terra como beneficiários das ações de REDD.

Os Procedimentos tomados pelo proponente e evidência de que o Programa de REDD reconhece os direitos e o papel dos povos indígenas e das comunidades locais

Amazonas e Acre reafirmaram seu compromisso de reconhecer os direitos e envolver grupos indígenas e outros grupos pobres dependentes da floresta na concepção de mecanismos de REDD. O Acre é o único estado que tem realizado processos de consulta com os potenciais beneficiários na concepção do programa de REDD.

8. Mecanismos de Participação e Transparência

Os mecanismos de participação têm sido baseados em fóruns multisetoriais formais, especialmente no Amazonas, Pará e Mato Grosso. Estes fóruns são o principal local para discutir questões relacionadas com as mudanças climáticas e são responsáveis pela concepção da estrutura jurídica, bem como elaborar os conceitos e formato dos programas de REDD. No Acre a participação ocorreu em encontros com as principais ONGs na fase de elaboração e através de um processo de consulta que mobilizou diferentes grupos através da internet, reuniões, seminários de 3 dias, dependendo do grupo alvo.

Questões de transparência são geralmente focadas em e-mail e publicações em site na Internet de relatórios e documentos. Não há uma quantidade significativa de informações relacionadas aos programas de REDD na web, apenas para alguns projetos em fase de execução que há relativamente mais informações disponíveis na internet.

9. Mecanismos de Partilha de Benefícios

Apenas dois conceitos de repartição de benefícios foram projetados até agora. A Bolsa Floresta do Amazonas, que investe no desenvolvimento econômico da área em qualquer atividade que não desmate, no desenvolvimento social através da melhoria na educação e saúde e apóia os direitos de grupos através de atividades de organização da comunidade. Recompensa os habitantes pelo desenvolvimento sustentável e a preservação da floresta através de 1) pagamentos mensais diretos 2) investimento no não-desmatamento, projetos de criação de renda 3) investimento em Programas sociais (educação, saúde, etc.) e 4) apoio as organizações de movimentos de base.

Os conceitos do Acre de Incentivos por Serviços Ambientais (ISA), definido como o custo das ações e intervenções que resultam na manutenção e aumento dos serviços ambientais. O Programa ISA entende que esta abordagem está essencialmente lidando com a redução da pobreza. Incentivos são projetados para aumentar a renda e a produtividade dos sistemas agrícolas e florestais de produção, que, em conjugação com medidas de aumento de comando e controle, levará a uma menor pressão sobre as florestas, assegurando assim a prestação continuada de serviços ambientais. O prestador de serviços estará recebendo recursos que permitirão que utilizem o solo de acordo com um modelo mais sustentável.

10. Quadro Institucional e Arranjos para o Programa de REDD

O quadro a seguir tem a intenção de revelar o arranjo institucional para a gestão do programa de REDD. Ele considera organizações e fóruns existentes e criados, envolvidos com a regulamentação, monitoramento, participação da sociedade civil e implantação do programa de REDD. As organizações

associadas à execução, não podem ser exclusivas ao programa de REDD, devendo ter um âmbito mais vasto de ações, mas podendo desempenhar um papel fundamental no programa de REDD. As organizações de implantação são subdivididas em: áreas protegidas, florestas, agricultura e regularização fundiária. As organizações que estão totalmente funcionais são destacadas em negrito, enquanto a ausência do destaque indica que a organização ou fórum foi criado ou está sendo criado, mas não na fase de implantação. Para mais informações sobre as organizações, por favor, consulte o banco de dados dos membros.

Tabela 4 - Quadro Institucional para as organizações/fóruns existentes (em negrito) e a serem criados relacionados com o papel (regulamentação, monitoramento, participação da sociedade civil e implantação) no programa de REDD.

Papel	Acre	Amapá	Amazonas	Mato Grosso	Pará
Regulamentação	SEMA Instituto de Regulamentação, Controle e Cadastro	SEMA	CECLIMA		SEMA IDESP
Monitoramento	IMAC UCEGEO SEMA Instituto de Regulamentação, Controle e Cadastro	IMAP IEPA	IPAAM INPA		GEOTEC SEMA
Participação	Comissão de Validação e Controle Orgão de Ouvidoria do Programa de REDD Comitê Científico	Fórum de Mudanças Climáticas do AP	Fórum de Mudanças Climáticas do AM	Fórum de Mudanças Climáticas do MT	Fórum de Mudanças Climáticas do PA
Implantação					
Áreas protegidas	SEMA	IEF	CEUC SDS		SEMA
Floresta	SEF	IEF	SEAFE ADS SEPRO		IDEFLOR
Agricultura	SEAP SEAPROF	RURAP SDR	IDAM		ADEFLOR ADEPARA
Regularização Fundiária	ITERACRE	IMAP	ITEAM		ITERPA
Ações de REDD	Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais		FAS		Financiamento Estadual para a CC e PES

Capacidade de Aplicação da Lei Ambiental do Estado/Província

Os membros não contribuíram com informações consistentes sobre a capacidade de aplicação da lei, bem como as necessidades de melhoria. A próxima contribuição ao banco de dados tentará focar esta questão.

11. Administração da Regularização Fundiária/Florestal e Relação com REDD

Muito pouca informação foi avaliada com relação a políticas de regularização fundiária, provando que esta questão fundamental para o REDD ainda está nos estágios iniciais.

12. Sistemas MRV de REDD

Atualmente, os processos mais importantes relacionados com o MRV entre os estados são: 1. Projetos de REDD, especialmente os em fase de implantação, estão usando protocolos voluntários de carbono, tais como VCS associadas com os padrões CCBA; 2. O sistema de registro de carbono tem sido o enfoque de vários estados (Acre, Amazonas e Amapá) interessados em abordagens aninhadas (*nested approach*) para REDD e acesso aos mercados de carbono.

O Programa de REDD do **Acre** é atualmente parte de um teste de campo para padrões Ambientais Sociais de REDD+, iniciativa liderada pela Care e CCBA. O programa define C-REDD como uma tonelada equivalente de CO₂ reduzida e será registrado e emitido pelo Instituto de regulamentação, Controle e Registro. O sistema estadual de Registro indica que o Governo Federal receberá informações sobre os registros realizados pelo Instituto.

O **Amapá** assinou um acordo entre o Markit Group Limited e o Governo do Amapá que expressa o interesse em utilizar os serviços de Registro do Markit Group para os créditos de carbono originados pelo programa de REDD do Amapá.

O PPCAD do **Pará** (Plano de Controle do Desmatamento) define a criação de um sistema de registro de carbono.

13. Projetos de REDD

Projetos de REDD são definidos como iniciativas e atividades de REDD realizadas dentro de uma área restrita de limites definidos (tais como áreas protegidas ou de propriedade privada), proposto por atores privados (empresas e sociedade civil, por exemplo) e / ou governos (por exemplo, estadual / provincial, municipal, regional etc.).

Existem atualmente 11 projetos de REDD no âmbito dos membros brasileiros do GCF em diferentes estágios de desenvolvimento: 5 no Pará, 3 no Amazonas e 3 no Mato Grosso. Não existem projetos de REDD no Acre e Amapá. O Anexo 1 descreve cada um dos projetos de REDD.

14. Relação com o Governo Nacional

Quais os mecanismos e/ou fóruns que o Estado/Província utilizam atualmente para negociar a integração e / ou harmonização das estratégias de REDD estaduais com as nacionais?

Todos os membros consideram o Fórum dos Governadores da Amazônia, como o mecanismo politicamente relevante para negociar com o governo federal com relação à política de REDD no âmbito nacional e internacional. O Fórum foi responsável pela criação da força-tarefa que criou uma nova posição do Brasil na UNFCCC, considerando o nível subnacional. A continuidade do Fórum é incerta com a mudança em vários órgãos do governo no próximo ano.

Outros níveis de relacionamento político com o Governo Federal relacionadas ao REDD são a participação no COFA (Comitê Executivo do Fundo Amazônico), grupos de trabalho criados pelo Governo Federal (MMA) para definir o Regime Nacional de REDD, a participação no CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e debates no congresso sobre a Lei de REDD.

IV. Financiamento para REDD

Estratégias de Financiamento para Programas de REDD

Conceitos atuais de Programas de REDD estão sendo apoiados por recursos públicos, bem como por recursos de fundações e ONGs, especialmente no caso de desenvolvimento de projetos de REDD. Os membros não calcularam com precisão os custos para o desenvolvimento de seus programas de REDD, nem têm valores associados ao custo do programa de REDD. Todos os membros estão atualmente em busca de recursos do Fundo Amazônico para implantar etapas do processo preliminar preparatório para REDD (*REDDiness*). Apenas o Acre confirmou que estão em fase final de aprovação do projeto.

Alguns dos membros mencionaram a intenção de estarem abertos a várias fontes de financiamento, tais como doações, financiamento público e mercados de carbono.

V. Necessidades Identificadas para Melhoria dos programas de REDD

Durante o desenvolvimento do banco de dados, foi perguntado aos entrevistados o que eles consideram como necessidades e carências, a fim de melhorar os programas de REDD em cada um dos elementos analisados acima. Como pode ser visto abaixo, as necessidades identificadas não foram muito elaboradas, possivelmente porque alguns dos membros não identificaram lacunas devido ao desenvolvimento do seu programa de REDD estar ainda numa fase inicial e/ou provavelmente porque exigiria uma reflexão mais profunda que o curto tempo para o preenchimento do banco de dados não permitiria.

As necessidades foram agrupadas em **Necessidades Estruturais** associadas aos investimentos necessários em infra-estrutura e de pessoal e em **Necessidades Metodológicas** associadas aos estudos necessários e melhorias metodológicas exigidas pelo programa de REDD.

Por conseguinte, é importante um detalhamento sobre as necessidades e espera-se que 3-5 necessidades prioritárias poderão ser identificadas pelos membros do GCF na reunião em Santarém a fim de conduzir os esforços de captação de recursos no futuro próximo.

1. Monitoramento do Desmatamento

NECESSIDADES ESTRUTURAIS –

Acre - adquirir uma estação receptora de imagem de alta resolução (4m²) FORMOSAT

Amapá – estruturar uma unidade de geoprocessamento na SEMA

Amazonas – estruturar uma unidade de geoprocessamento para aplicação da lei.

Pará – estruturar o GEOTEC para lidar com as necessidades futuras de um programa de REDD

NECESSIDADES METODOLÓGICAS–

Amapá – Avaliação das causas e da dinâmica do desmatamento

- Melhorias tecnológicas para monitorar e estimar o desmatamento (lidar com a cobertura de nuvens)

- Capacitação para o pessoal da SEMA no monitoramento e estimativas do desmatamento

Amazonas - Apoio ao desenvolvimento de metodologias para lidar com cobertura de nuvens

2. Monitoramento da Degradação

NECESSIDADES ESTRUTURAIS

Amapá – estruturar unidade de geoprocessamento na SEMA

Amazonas – estruturar unidade de geoprocessamento (capacidade de processamento)

-more detail in images CBERS?? (INPE started this in 2008 with CBERS' high-resolution camera, which has a resolution of 2.7 meters across a 27 km band)

- Mais detalhes nas imagens CBERS? (INPE iniciou isso em 2008, com câmera de alta resolução CBERS, que possui uma resolução de 2.7 metros por uma faixa de 27 km)

Pará - Estruturar o GEOTEC para desenvolver monitoramento e estimativas de degradação

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Amapá – Avaliação das causas e da dinâmica da degradação

- Melhorias tecnológicas para monitorar e estimar o desmatamento

Pará – desenvolvimento de protocolo de monitoramento da degradação

3. Quantificação de Carbono Florestal

NECESSIDADES ESTRUTURAIS

Acre - Adquirir uma ferramenta que poderá ajudar no monitoramento do estoque de carbono, como o sensor LYDAR

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Acre –_UCEGEO capacitação para implantar o monitoramento e estimativas da degradação

Amapá- Melhorar a metodologia de quantificação de carbono para todo o estado

Mato Grosso – Realizar estudos sistemáticos, a fim de determinar o estoque de carbono

4. Definição de linha de base

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Amapá – suporte técnico para desenvolver linha de base projetada

Amazonas - Desenvolvimento de uma linha de base estadual para as emissões e metas de redução do estado que discutem especificamente carbono oriundo de fontes florestais (REDD-específico) e não-florestais (???) e melhorias contínuas ao modelo inicial, com o passar do tempo.

6. Desenvolvimento geral do Programa de REDD

A fim de ajudar os membros a desenvolver seus próprios programas de REDD, o GCF poderia fornecer um conjunto de especialistas em diferentes áreas tais como contabilização de carbono, definição da linha de base, garantias e economia para ajudar os membros a desenvolver roteiros para programas de REDD e identificar melhor as necessidades e questões que são determinantes aos programas de REDD.

7. Melhoria no Reconhecimento de Direitos

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Amazonas –

- Estabelecer uma estrutura legal e processual para a integração das terras indígenas no amplo programa de REDD do estado.
- Estabelecer uma metodologia de monitoramento e avaliação para o Bolsa Floresta de acordo com os padrões de REDD

Mato Grosso- definição legal acerca da propriedade e dos direitos sobre o carbono relacionado aos Territórios Indígenas.

9. Mecanismos de partilha de benefícios

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Amazonas –

- Estrutura legal para expandir os programas de ações de REDD para fora das unidades de conservação e, potencialmente, em territórios indígenas
- Desenvolver orientações através de um processo de consulta para as atividades de partilha de benefícios

Mato Grosso –

Estudos de avaliação que subsidiem um sistema justo de partilha de benefícios de REDD contemplando todos os diferentes atores na sociedade

10. Melhoria na Capacidade de Organizações de Programas REDD

NECESSIDADES ESTRUTURAIS

Amapá – Funcionários permanentes engajados em órgãos estaduais (com relação ao REDD)

Amazonas - Mais dinheiro e recursos para monitoramento e atividades de fiscalização em campo

Pará – apoio adicional em termos de financiamento, de pessoal e capacitação para as agências estatais relacionadas ao REDD

- Fortalecimento dos municípios para colaborarem com a SEMA em ações de REDD

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Amazonas –

- Avaliação organizacional para explicitar a definição de e a divisão de responsabilidades entre as organizações, bem como avaliação acerca da necessidade de uma organização separada para administrar o registro de carbono do Estado.
- Coordenação e integração desta tarefa entre os departamentos governamentais e não-governamentais em todos os níveis de organização e competência

11.Regulamentação da Regularização Fundiária

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Mato Grosso – Avaliação da regularização fundiária através de todo estado

12. Sistemas de MRV em Programas de REDD

NECESSIDADES ESTRUTURAIS

Amazonas - Estabelecimento de capacitação (pessoal e recursos) dentro da estrutura governamental para completar o processo de MRV

- Mais capacidade em campo para fiscalização

Mato Grosso – Fortalecimento Institucional para a implantação de sistemas de monitoramento robustos para conformidade de programas de REDD

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Amazonas -

- Desenvolvimento de estratégia e capacidade própria para verificação e certificação, bem como as responsabilidades dentro da infra-estrutura governamental
- Estabelecimento de um sistema de registro de carbono.

Mato Grosso – Capacitação para a implantação de sistemas robustos de monitoramento para conformidade de programas de REDD

15. REDD Financing

NECESSIDADES METODOLÓGICAS

Amazonas - Análise de custos, estudos de viabilidade econômica e estratégias de financiamento

VI. Os resultados esperados da Reunião do Grupo de Tarefa 3 em Santarém

Espera-se que o Grupo de Tarefa 3, em 13 de setembro:

- (1) Avalie a minuta do processo do banco de dados e da análise feita para o Brasil e Indonésia elaborado pela Tarefa 3;
- (2) Finalize uma pequena apresentação para a sessão plenária de quarta-feira;
- (3) Identifique algumas questões técnicas ou políticas importantes para a discussão centrada do grupo na quarta-feira;
- (4) Identifique os próximos passos propostos para o Grupo de Tarefa; e
- (5) Finalize um curto documento decisão/proposta da Tarefa 3 para revisão e aprovação pelo GCF na reunião plenária.

Anexo – Projetos de REDD no Amazonas, Mato Grosso e Pará

PROJETOS de REDD do AMAZONAS: Nome do Projeto:	RDS JUMA	RDS Mosaico do Apui	RDS Madeira
Projetos de REDD no Estado / Província			
Localização:	Novo Aripuana, Sul do Amazonas	Municípios de Apuí e Novo Aripuanã, no sul do Amazonas	Municípios de Manicoré, Borba e Novo Aripuanã, no sul do Amazonas
Ano de início	2008	Provisoriamente 2011	Provisoriamente 2011
Situação do projeto (planejamento ou em andamento):	Em andamento	Planejamento	Planejamento
Área (km²) de área de REDD:	5.896	24.672	2.831
Status especial pré-existente da terra	Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável desde 2006	Um mosaico de áreas protegidas estaduais e federais	Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável
Número de pessoas que vivem em áreas de REDD:	339 famílias	7.500 famílias	480 famílias
Organizações (governamentais ou não) operando o projeto	FAS (Fundação Amazonas Sustentável, uma entidade semi-estatal) e SDS (Secretaria de Meio Ambiente), com apoio técnico do IDESAM (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas)	Provisoriamente envolvidos estão a FAS, SDS, IDESAM (Instituto para a Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas), IIEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil), e WWFBrazil	Provisoriamente envolvidos estão a FAS, SDS, IDESAM, e WWFBrazil
Fonte (s) de financiamento:	Os primeiros 4 anos iniciais de financiamento provido pela Marriot, outras fontes de recursos serão encontrados no próximo ano	Desconhecido	Desconhecido
Proposta de duração do programa (anos):	50	Desconhecido	Desconhecido
Estimativa das emissões evitadas (CO2 toneladas):	189700000	Desconhecido	Desconhecido
Método de Linha de Base	Projetada	Desconhecido	Desconhecido
Protocolo de MRV:	Monitoramento normal como parte da unidade de conservação da Amazônia, com esforços adicionais em campo e certificação baseada em padrões CCB. VCS a caminho	Desconhecido	Desconhecido
Outros	Parte do programa Bolsa Floresta		

PROJETOS DE REDD NO MATO GROSSO Project Name:	Pilot Project REDD+ Cotriguaçu	Surui Carbon Project	Xingu Project
Projetos de REDD no Estado / Província			
Localização:	Município de Cotriguaçu, região Nordeste	Território Indígena 7 de Setembro, Rondolândia (MT) e municípios Cacoal (RO), Espigão d'Oeste (RO)	Municípios do entorno do Parque Indígena do Xingu
Ano de início	Elaboração começou em 2008, nenhuma estimativa para o início da execução	Não avaliado	A ser determinado
Situação do projeto (planejamento ou em andamento):	Planejamento	Planejamento	Planejamento
Área (km²) de área de REDD:	9.400	2.800	A ser determinado
Status especial pré-existente da terra	55% em propriedades privadas e 50% se já estiverem cadastrados no banco de dados da SEMA, 18% Territórios Indígenas; 14% de áreas protegidas; 13% pequenos projetos de assentamento;	Territórios Indígenas	A ser determinado
Número de pessoas que vivem em áreas de REDD:	14.965 (estimativa para 2009)	1.350	A ser determinado
Organizações (governamentais ou não) operando o projeto	SEMA/MT, TNC, ICV e ONFI (agência francesa de cooperação para as florestas)	Associação Metareilá (organização indígena), IDESAM ONG Kanindé ONG ACT-Brasil ONG Forest Trends e FUNBIO	ONG ISA
Fonte (s) de financiamento:	Governo, TNC, ONFI e ICV com recursos do CLUA e da ClimateWorks	Recursos próprios das organizações e Forest Trends	
Proposta de duração do programa (anos):	30 anos	Não Avaliado	
Estimativa das emissões evitadas (CO2 toneladas):	26 milhões tCO ₂ entre 2006 e 2020	A ser determinado	
Método de Linha de Base	Histórico (metodologia do Fundo Amazônico com base em 100 ton C/ha	projetado	
Protocolo de MRV:	TBD	Padrões CCB e VCS	

PROJETOS DE REDD NO PARÁ Project Name:	Calha Norte	Sao Felix do Xingu	REDD Tembé	Desmatamento evitado em pequenas propriedades familiares na estrada Transamazônica	REDD Ecomapuá
Localização:	Norte do Estado do Pará, Região Calha Norte, em 3 Florestas Estaduais: Paru, Trombetas e Faro	São Félix do Xingu, municípios e arredores	Alto Rio Guamá Território Indígena, Estado do Pará	Municípios de Pacajá, Anapú e Senador José Porfírio	Município de Breves, Ilha do Marajó
Ano de início	A ser determinado	A ser determinado	A ser determinado	2009	Not assessed
Situação do projeto (planejamento ou em andamento):	Planejamento (estudos iniciais: estimativas de carbono e modelos de cenários para definição de linha de base)	Planejamento	Acordos iniciais entre C-Trade e Associação Indígena	Fase inicial de implantação	Planejamento
Área (km ²) de área de REDD:	74.000	200.000	690	317	941,71
Status especial pré-existente da terra	Áreas Estaduais Protegidas designadas para concessões madeireiras	Áreas de Conservação nacionais/estaduais; territórios indígenas; Terras Privadas e Projetos de Assentamento	Territórios indígenas	Projetos de Assentamento	Área privada
Número de pessoas que vivem em áreas de REDD:	A ser determinado	A ser determinado	700 famílias	350 famílias	450 famílias
Organizações (governamentais ou não) operando o projeto	ONG IMAZON (elaboração de estudos de carbono e modelagem), <i>Conservation International</i> (apoio à elaboração de estudos iniciais), SEMA (coordenação e supervisão)	TNC (proponente e orientação técnica); Governo Municipal; SEMA	C-Trade (empresa responsável por investir na elaboração de projetos) e associação do Povo Tembé	ONG IPAM, Fundação, Viver, Produzir e Preservar (FVPP - associação local); FUNBIO Fundo Público Privado	Empresa privada Ecomapuá é proponente; Winrock International (estudo de viabilidade econômica); Georgia University (contabilização de carbono) e Instituto Amazônia Sustentável (avaliação social).
Fonte (s) de financiamento:	<i>Conservation International</i>	TNC, financiamento público e privado	De fonte privada C-Trade	Recursos do Fundo e Fundação Amazônia	Fontes privadas
Proposta de duração do programa (anos):	A ser determinado	A ser determinado	15 anos	Not assessed	20 anos
Estimativa das emissões evitadas (CO2 toneladas):	A ser determinado	A ser determinado	A ser determinado	1.76 em 5 anos	6 milhões

Método de Linha de Base	Modelagem de Cenários está trabalhando com quatro cenários: baixo desmatamento, conservação, alta pressão e média de alta e baixa pressão (mais provável que aconteça na região).	A ser determinado	A ser determinado	histórico 1998-2008	Em processo de definição
Protocolo de MRV:	A ser determinado	A ser determinado	A ser determinado	A ser determinado	VCS